

AGO 1989

Saúde Suds: o TCU confirma, mas o secretário insiste.

Desde que o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds) foi criado pelo governo federal e instalado em São Paulo, há quase dois anos, vimos, periodicamente, apontando graves distorções na sua aplicação, com reflexos diretos na qualidade dos serviços médico-hospitalares oficiais prestados à população carente, exatamente a parcela dos brasileiros que não tem recursos para procurar um outro atendimento quando está doente. Temos afirmado que o Suds é uma boa idéia que está sendo mal executada em função do uso político e ideológico que grupos políticos e sindicais estavam — e ainda estão — fazendo dele. O que, num caso que envolve a saúde de milhões de pessoas, é mais do que uma irresponsabilidade — é um crime.

A primeira distorção que apontamos foi a famosa **Caixa 2** instituído no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde: com o dinheiro recebido do Inamps para ser utilizado no atendimento de segurados e pensionistas da Previdência, ela estava complementando o salário de seus funcionários, com pagamentos realizados “por fora”. De uma só vez, as autoridades da Secretaria da Saúde de São Paulo praticaram duas irregularidades: desviaram recursos para outra finalidade, não essencial ainda por cima; e contribuíram para a sonegação de impostos.

Depois, o comando do Suds — dividido entre políticos e ideólogos — entrou em conflito com os hospitais privados, um conflito não totalmente resolvido até hoje. Nos primeiros tempos virou rotina atrasar, além da conta, o pagamento aos hospitais e clínicas conveniados pelos serviços prestados para o Inamps. A situação chegou a tal ponto que muitos conveniados paralisaram, durante algum tempo, a prestação desses serviços, por falta de material para trabalhar. Vencida esta etapa, veio uma outra, mais violenta: os hospitais privados perderam o direito de atender os segurados da Previdência em consultas comuns, não urgentes, o que era uma das fontes de renda dessas instituições.

O objetivo desse garroteamento financeiro é muito claro: levar os hospitais privados, a medicina particular, à falência, para facilitar a estatização completa do setor de saúde no Brasil. Para as esquerdas, como é óbvio, a estatização da medicina, decisão adotada na 8ª Conferência Nacional de Saúde, seria mais um passo em direção à instalação de um regime totalitário no país. Além disso, a medicina, em função das necessidades da população nessa área, é um bom canal para difundir a idéia de estatização total. Ninguém pode ignorar a influência que os médicos e paramédicos exercem sobre a população, especialmente entre os menos favorecidos.

A estatização também interessa a muitos políticos que não têm cor ideológica, porque é uma forma de ampliar o uso eleitoreiro dos serviços oficiais de saúde, uma área que administra verbas fantásticas. Não é por outra razão, por exemplo, que desde a posse de dona Luiza Erundina na prefeitura da capital o governo municipal do PT e o governo estadual do PMDB vêm brigando em torno do Suds. Segundo o secretário municipal de saúde — informação confirmada pelos próprios donos dos hospitais particulares —, a Secretaria Estadual está devendo NCz\$ 65 milhões de verbas que deviam já ter sido repassadas ao município e continuam retidas.

Esses fatos, como não poderia deixar de acontecer, provocaram uma deterioração extraordinária da qualidade dos serviços médico-hospitalares oficiais, que já era péssima. Sem condições de atender a todas as consultas de rotina vedadas aos particulares, os hospitais públicos começaram a entrar em colapso. Como mostramos em duas reportagens publicadas no mês de julho passado, alguns deles — como o Hospital Municipal do Tatuapé e o Pronto-Socorro do Hospital das Clínicas, outrora um serviço exemplar — já se encontravam em estado de calamidade pública na ocasião. Uma situação admitida por seus próprios dirigentes. Um dos diretores do Hospital do Tatuapé chegou a chamar a instituição de “pardieiro”. E o supervisor do PS do Hospital das Clínicas classificou como “terrível” um quadro que, para os médicos que lá trabalham, é um “inferno” (evidentemente, para os pacientes).

Todas as vezes que apontamos distorções e irregularidades na execução do Suds e descrevemos o drama que tais fatos criam para a população, o responsável pela condução do programa no Estado, o secretário da Saúde José Aristodemo Pinotti, prontamente tentou desmenti-las. Em mais de uma ocasião, o sr. Pinotti chegou a colocar matérias pagas nos jornais para contestar informações sobre esses desvios. Pois bem! Agora, temos a confirmação oficial do que dizíamos. Após uma inspeção na prestação de contas de todas as secretarias estaduais, o Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que a secretaria paulista cometeu uma série de trapalhadas no Suds: aplicou irregularmente recursos no mercado financeiro e em instituições não oficiais; utilizou o dinheiro com finalidades não previstas nos convênios; e, ainda, desobedeceu às normas legais quanto à realização de licitação e assinaturas de contratos.

Mesmo com o relatório do TCU, o sr. Pinotti não desiste. Tão logo a notícia saiu em nossos jornais, ele mandou publicar uma nota oficial para dizer que os fatos constatados pelo tribunal não são fatos. E uma luta perene esta que o sr. secretário estadual de Saúde vem travando contra a realidade!

Entretanto, o que se espera é a mesma abnegação e o mesmo denodo em uma outra luta: para melhorar a qualidade do atendimento médico-hospitalar público. Uma tarefa para a qual não falta dinheiro. Basta apenas que, em lugar de atender a interesses político-eleitorais, os órgãos oficiais atendam às necessidades do povo.